

Acordo de cooperação técnica que entre si celebram o Superior Tribunal de Justiça e a Procuradoria-Geral da República para a integração eletrônica de processos judiciais, de informações processuais, de comunicações e de documentos.

**O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com sede no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 6, Lote 1, Brasília-DF, neste ato representado por seu Presidente, Ministro **FELIX FISCHER**, e a **PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**, com sede no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 4, Conjunto “C”, Brasília-DF, neste ato representada pelo Procurador-Geral da República, **RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS**,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no art. 241, prestigia o fomento às atividades de cooperação técnica entre os diversos órgãos da administração pública, com o fim de alcançar objetivos delineados no art. 37, *caput*, de seu corpo normativo;

CONSIDERANDO os termos da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, e da [Resolução STJ n.14 de 28 de junho de 2013](#), que regulamenta o processo judicial eletrônico no âmbito do Superior Tribunal de Justiça;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar de instrumentos que efetivem o direito fundamental à duração razoável do processo judicial,

CONSIDERANDO o Modelo Nacional de Interoperabilidade de Dados do Poder Judiciário e Órgãos de Administração da Justiça (MNI), institucionalizado no Acordo de Cooperação Técnica n. 58/2009 do Conselho Nacional de Justiça,

**RESOLVEM** celebrar este acordo de cooperação técnica mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Este acordo de cooperação técnica tem por objeto a integração eletrônica de

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA e a PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, e com o uso da solução de integração *Web Service*, segundo as especificações técnicas do Modelo Nacional de Interoperabilidade de Dados do Poder Judiciário e Órgãos de Administração da Justiça.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO COMPROMISSO**

Os subscritores deste acordo de cooperação técnica assumem o compromisso de atuar de maneira articulada e em parceria para a efetivação do objeto, identificado na cláusula primeira.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES**

Para a consecução do objeto deste acordo de cooperação técnica, comprometem-se os partícipes a:

- I. disponibilizar a documentação técnica relativa à implementação da solução de integração *Web Service* (MNI);
  - II. enviar esforços para que os operadores do sistema obtenham e utilizem o certificado digital, padrão ICP Brasil, requisito indispensável para a transmissão dos documentos previstos neste instrumento;
- c) efetivar o uso da certificação digital, padrão ICP Brasil, na transmissão dos processos judiciais, informações processuais, comunicações e documentos;
  - d) planejar os serviços a serem disponibilizados de forma simultânea, conforme a prioridade estabelecida em face dos demais projetos internos;
  - e) compartilhar esforços técnicos e negociais na implantação e operacionalização da integração por meio de *Web Service* (MNI);
  - f) designar gestor da unidade para acompanhar, gerenciar e administrar a execução deste termo;
  - g) notificar os gestores deste acordo das novas versões da solução de integração por meio de *Web Service* (MNI), de modo a assegurar o mesmo nível técnico em ambos os sistemas e a prevenir falhas técnicas que possam resultar em obstáculos à tramitação processual;
  - h) notificar os gestores deste acordo de cooperação técnica dos problemas técnicos verificados, com detalhamento das ocorrências;
  - i) instalar as novas versões da solução de integração *Web Service* (MNI), adotadas de comum acordo para assegurar a sincronicidade e a integração dos sistemas e a padronização

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Poderão ser convencionadas, mediante aditamento, outras obrigações para o atendimento das finalidades deste acordo.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO COMITÊ TÉCNICO**

O Comitê Técnico para o estudo, o desenvolvimento, a implantação e o acompanhamento da integração eletrônica dos processos judiciais, das informações processuais, das comunicações e dos documentos a serem transferidos entre o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA e a PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA será composto de forma paritária pelos integrantes das respectivas áreas de negócio e de tecnologia da informação, cabendo a esses indicá-los e efetuar a coordenação executiva.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O Comitê Técnico será responsável pelas seguintes ações: elaborar o cronograma de execução do sistema e apresentá-lo aos dirigentes dos órgãos partícipes, mantendo, tanto quanto possível, as prioridades definidas até o momento; cumprir as demais atribuições inerentes à sua função, as quais serão definidas em momento posterior pelos partícipes.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE DURAÇÃO**

Este Acordo de Cooperação Técnica vigorará por 60 meses contados da data da publicação de seu extrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Este acordo não envolve a transferência de recursos financeiros por quaisquer dos partícipes, cabendo a cada um realizar os investimentos necessários à implementação de seu objeto.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO DISTRATO E DA DENÚNCIA**

É facultado aos partícipes promover o distrato deste acordo a qualquer tempo, por mútuo consentimento, podendo ele ser denunciado, por iniciativa de um dos partícipes, mediante aviso prévio formal ao outro com a antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

O extrato do presente instrumento será publicado no Diário da Justiça eletrônico (DJe) do Superior Tribunal de Justiça, em conformidade com o art. 4º da Lei n. 11.419/2006, combinado com o parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA NONA – DA SOLUÇÃO DAS DÚVIDAS E DA RESOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS**

Eventuais dúvidas ou controvérsias oriundas da aplicação deste acordo serão dirimidas de comum acordo pelos partícipes.

Este instrumento será firmado em duas vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Brasília, 25 de setembro de 2013.

Ministro FELIX FISCHER  
Presidente do Superior Tribunal de Justiça

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS  
Procurador-Geral da República